

# O papel das escolas na educação crítica midiática e o seu impacto na sofisticação política da juventude no Sul do Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi<sup>1</sup>  
Alexsander Dugno Chiodi<sup>2</sup>

## Resumo

Em um contexto de aumento da antipolítica e de desinformação generalizada em processos eleitorais, aliado à universalização dos meios digitais na comunicação dos jovens acentuada durante a Pandemia do Coronavírus, este trabalho busca verificar como as escolas têm integrado práticas de educação crítica e midiática em sala de aula, e como os jovens vêm absorvendo esses esforços em termos de desenvolvimento de uma cultura política mais assertiva. Apesar de oferecer uma miríade de opções ao acesso de informações, se não for instrumentalizado, o acesso à internet pode levar à alienação ou radicalização da juventude. Portanto, buscamos comparar a influência da internet como agente socializador da juventude em escolas que têm currículos de educação política crítica, e naquelas que não tem. Nossa hipótese é de que o acesso à internet por si só não tem a capacidade de gerar uma cultura política mais crítica, de forma que a inclusão de práticas de educação crítica midiática se faz urgente. Assim, este trabalho utilizou-se de metodologia quantitativa, desenvolvida através da triangulação de métodos qualitativos e quantitativos: análise de entrevistas e documentos oficiais da coordenação pedagógica/direção das escolas (11 escolas) e *survey* aplicado a 837 jovens (13-25 anos) de 17 escolas de ensino médio da rede pública e privada de Porto Alegre entre agosto e dezembro de 2019.

---

1 Doutora em Ciência Política pela UFRGS (2021), Professora na Pós-Graduação de Ciência Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e de Gestão Pública na Faculdade de Ensino Superior da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE-EEs). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em América Latina (NUPESAL-UFRGS) [ana.bernardi@fipe.org.br](mailto:ana.bernardi@fipe.org.br)

2 Mestrado em Ciência Política no PPGCP/UFRGS, bacharel em Ciências Sociais (UFRGS), pesquisador no Núcleo de Pesquisa Sobre América Latina (NUPESAL) [alexchiodi@gmail.com](mailto:alexchiodi@gmail.com)

## 1. Introdução

Se a década de 1990 e a primeira década de 2000 foram marcadas por projetos e estudos que indicavam otimismo com a democracia, enunciando novos arranjos participativos de governo como o orçamento participativo, criação de conselhos, mesas de diálogo e fóruns de discussão no Brasil, desde meados de 2015 tem se falado na crise desse modelo participativo, sobretudo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (LÜCHMANN, ROMÃO e BORBA, 2018). Se a nível de análise institucional a leitura dessa crise ganhou força após o *impeachment*, em termos de representação e cultura política os indícios dessa lacuna entre representados e representantes já se mostravam claros há mais de uma década – a desconfiança com os políticos e a apatia política tem sido uma marca da cultura política brasileira. Contudo, esse afastamento da política não é um fenômeno exclusivo brasileiro, embora tenhamos nossos recortes específicos.

Norris e Inglehart (2019) apontam que vivemos tempos de antipolítica que têm influenciando o avanço de governos de extrema direita iliberais tal qual Viktor Orbán na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro no Brasil (MOUNK, 2019). Esses governos empregam práticas autocráticas, promovendo a demonização dos partidos políticos e deslegitimação das instituições e da mídia livre, utilizando-se de notícias falsas e discurso de ódio em defesa dos valores conservadores, da família, da pátria e da igreja (BERNARDI, 2021).

Paralelamente neste período, houve um imenso salto da penetração da conectividade na sociedade brasileira, associado ao barateamento das redes móveis e a diversificação do mercado dos *smartphones*, bem como a ampla adesão às redes sociais, capazes de conectar indivíduos com interesses similares (ou opostos) instantaneamente, fez a quantidade de pessoas com acesso a internet no Brasil passar de 4% para 70% da população nesse período de tempo (CGI-BR, 2019).

É desse processo de digitalização da sociedade e dos meios de comunicação tradicionais que se fomenta o surgimento das mídias digitais (MARTINO, 2014). Desde então, essas mídias digitais foram instrumentalizadas como meios e ferramentas no debate público e político, impactando direta ou indiretamente com variados graus em esferas fundamentais da vida pública, como na condução do sistema democrático, dos processos eleitorais, da participação e organização de manifestações físicas. Porém, também foram instrumentalizadas como arma política em processos eleitorais. O uso das *fake news* e da desinformação de forma geral é uma característica das democracias contemporâneas, sendo deflagradas no

processo de plebiscito do *Brexit*, nas eleições estadunidenses de 2016 e nos últimos dois pleitos nacionais no Brasil (2018 e 2022).

Partindo desses aspectos, parece ser de alta relevância a compreensão da influência das mídias digitais na juventude, parcela da população que dedica muito do seu tempo de trabalho, estudo e lazer em contato com essas ferramentas, ao captar como os jovens utilizam esse meio na obtenção de informação crítica. Entende-se que os jovens não aprenderão sozinhos, a partir da mera experiência advinda da utilização dessas novas mídias – sobretudo no que tange às dinâmicas políticas, sociais e econômicas, que permeiam os meios digitais –, mas que agentes de socialização política, nesse caso, as escolas, têm papel essencial em incluir o estudo dessas habilidades para as mídias como prática de fomentar a saúde, o bem-estar e a participação completa do educando em todos os aspectos da vida econômica e cívica.

Embora ainda incipientes no Brasil, os estudos de educação midiática vêm buscando compreender como inserir essas novas ferramentas de leitura crítica das redes sociais, auxiliando os jovens a decodificar, dentro do gigantesco fluxo de informação diário, o que é de fato importante e relevante. Nesse sentido, entendendo a escola como um importante agente socializador, compreendemos que o conteúdo precisa estar alinhado aos desafios do século XXI, incorporando essas competências para as novas tecnologias de forma a contribuir com a formação de uma cultura política assertiva dos jovens que leve ao fortalecimento democrático. Tal posto, este artigo visa articular os conceito de educação crítica midiática, desenvolvido por Bernardi (2021), como um arcabouço teórico que integra a educação midiática e a educação política como características inerentes ao processo formativo da juventude, e o impacto desta na formação de sofisticação política de jovens e defesa de valores democráticos. Deste modo, o problema de pesquisa que se enuncia é: qual o impacto da educação crítica midiática na geração de sofisticação política e valorização da democracia pela juventude brasileira? Assim, nosso objetivo geral é avaliar a relação entre a inclusão da educação crítica midiática nas práticas pedagógicas das escolas de ensino médio e a sofisticação política e valores democráticos dos jovens no Sul do Brasil.

A metodologia desenvolvida adere a uma triangulação de métodos quantitativos e qualitativos. Como método quantitativo, utilizamos os dados de *surveys* semiestruturados autoaplicáveis da pesquisa “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil” desenvolvida pelo NUPESAL com 874 jovens de escolas de ensino médio em 17 diferentes escolas de Porto Alegre em 2019. Dentro dos métodos qualitativos foram realizadas entrevistas com coordenadores pedagógicos/diretores de 11 destas 17 escolas para

compreender como técnicas de educação midiática estavam sendo empregadas. Buscando comparar os tipos de escola e aferir resultados no comportamento dos alunos, foram criados 4 *clusters*, de acordo com o perfil de educação crítica midiática adotado (pública periférica, pública central, federal e privada), para assim avaliar o impacto em questões relativas à sofisticação política dos alunos e valorização da democracia, utilizando técnicas sistemáticas de análise em uma amostra representativa (BABBIE, 1999; BAQUERO, 2009). O recorte do tipo de escolas também evidencia as desigualdades inerentes ao sistema educacional público-privado no Brasil – tanto na questão de financiamento das diferentes escolas públicas, como diferença entre federais, estaduais e municipais – e, de forma ainda mais contrastante, entre o ensino público de escolas públicas periféricas e a rede de ensino privada.

Nossas hipóteses são: 1) A desigualdade de recursos nos diferentes níveis de ensino impacta diretamente as capacidades das escolas de oferecerem qualidade de ensino, reduzindo a adoção da educação crítica midiática nas escolas conforme seus orçamentos e infraestrutura. Como consequência, 2) os menores índices de educação crítica midiática estão associados à menores índices de sofisticação política e valores menos democráticos entre os jovens.

Este artigo está dividido em seis partes, incluindo a introdução e as considerações finais. A seguir, discutimos sobre socialização política com foco nas mídias digitais e no papel da escola como agente político. Posteriormente, discutimos sobre os conceitos de cultura política e de sofisticação política. Em seguida, apresentamos o conceito de educação crítica midiática, contextualizado à realidade das escolas pesquisadas. Por conseguinte, passamos para a análise dos dados, com fins a responder à pergunta de pesquisa elencada, para, por fim, apresentar as considerações finais.

## **2. Socialização Política na Era da Desinformação**

Para o desenvolvimento e consolidação da Cultura Política em uma sociedade, é preciso haver um processo de interiorização de valores pelas novas gerações – uma socialização política promovida em um primeiro momento na infância pelo meio familiar (HYMAN, 1959; EASTON; DENNIS, 1969) e na juventude por outros agentes socializadores (JENNINGS; NIEMI, 1974). É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política, desenvolve determinados padrões de orientação e participação e promove condições culturais propícias à manutenção do sistema político-social vigente (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011).

A instituição escolar fora notada como importante agente socializador logo no início dos estudos sobre o tema (BANKS; ROKER, 1994; ALVARADO; OSPINA;

LUNA; CAMARGO, 2001; GOLDENSON, 1978; DUEK, 2010; JENNINGS; NIEMI, 1974; BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011). Nessa agência, uma das principais é a organização curricular, decisão do quê – e como – será ministrado. A organização interna, as hierarquias e valores presentes na instituição escolar e sua composição social podem resultar na formação de diferentes tipos de cidadãos (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977).

Com a popularização do desenvolvimento tecnológico do final do século XX, o campo da mídia recebe um novo componente: as mídias digitais. No Brasil, os agentes de socialização política de maior relevância são a família, escola e mídia (SCHMIDT, 2000). Na última década, estudos exploram o papel das novas tecnologias de informação e das redes sociais como agentes de socialização política (MORAIS, 2017; MORAIS; BAQUERO, 2018; GONZÁLEZ, 2018).

A socialização política agenciada por mídias digitais apresenta confluências e divergências, vantagens e desvantagens, se comparada aos agentes tradicionais de socialização. No que tange à socialização digital, Moraes (2017) discutiu a socialização política e capital social relacionando esses campos à internet, sob a hipótese de que a essa esfera constitui um novo agente de socialização, com relevância maior que os tradicionais meios de comunicação, como televisão, rádio, jornal impresso e revistas. Todavia, há a presença de uma visão pessimista sobre o impacto das mídias digitais na qualidade da democracia, com aumento da apatia política e do desinteresse.

Ainda nesse campo de estudo, Vasconcelos (2019) buscou captar a influência das redes sociais na formação da cultura política dos jovens estudantes do ensino médio em duas regiões desiguais, pretendendo analisar o tipo de uso das redes sociais e o impacto desses fatores. Constatou-se que os contextos socioeconômicos interferem nessa influência, uma vez que as ações de mobilização são dificultadas na ausência de condições materiais mínimas.

A literatura sobre socialização política e juventude no Brasil parece conter uma série de elementos que repercutem nas pesquisas realizadas em todo o território nacional e ao longo dos anos, como altos níveis de descrença nos políticos e nas instituições, baixa eficácia ou refinamento político e reduzidos índices de participação política efetiva e de capital social. A emergência de novas mídias digitais não apenas não teria alterado positivamente, mas até aprofundado estas características da cultura política juvenil, indicando poucas diferenças com relação ao padrão ambivalente presente entre os adultos.

Nesse cenário, novos conceitos como *pós-verdade* e das *fake news* foram criados para caracterizar os fenômenos impulsionados pela adoção em massa das mídias digitais como forma de informação política, com reflexos no aumento da polarização

e apoio a políticos autoritários (BERNARDI, 2019). Argumenta-se que, embora a desinformação como prática política não tenha sido inventada pela extrema-direita e tampouco mentiras na política não são um advento da modernidade e das novas tecnologias, tal prática foi impulsionada através da manipulação algorítmica das redes sociais, bem como da caixa preta da criptografia pelos aplicativos de mensageria.

Acompanhando tendências da população adulta no país, mais de 95%<sup>3</sup> dos jovens entrevistados na pesquisa “Democracia Mídia e Capital Social” compreendem a propagação de notícias falsas no país como um movimento crescente desde 2018 (NUPESAL, 2019). Não obstante, apontam elevado volume de desinformação encontrada em redes sociais – cerca de 87,9% no Facebook, 83,5% no WhatsApp e 64,7% no Instagram. Estes mesmos jovens também indicam haver elevado volume de notícias falsas na mídia tradicional – sendo 66,2% na televisão, 58,1% nos jornais e revistas e 31,6% no rádio – o que indica certa confusão sobre o que de fato é uma notícia falsa, e mais, como lidar com a desinformação.

Esse contexto chama ainda mais a atenção quando se observa um quadro em que a instituição escolar perdeu parte de sua importância como agente socializador da política para os meios digitais (NUPESAL, 2015; 2019). Tal posto, a educação crítica da mídia se mostra necessária para fornecer aos jovens as ferramentas necessárias para prosperar em um ambiente cada vez mais digitalizado. A seguir, discutimos em profundidade os conceitos de cultura política, sofisticação política e desenvolvimento de valores democráticos.

### **3. Cultura Política, Sofisticação Política e Valores Democráticos**

Até a metade do século XX, estudos sobre o sistema democrático estavam situados com proeminência na visão institucionalista (DOWNS, 1973), em que autores como Schumpeter (1961), Dahl (1971) e Downs (1978) preocuparam-se em entender a democracia como forma – por seus procedimentos burocráticos, legais, ou executivos, e não por seu conteúdo (CASTRO, 2008).

Nesse debate, desenvolveu-se as contribuições de Almond e Verba (1965), que introduzem o termo de Cultura Política, ao priorizar as orientações de caráter psicológico, cognitivo, afetivo e avaliativo para classificar três tipos de orientação dos sistemas políticos: a cognitiva, relacionada às crenças sobre o funcionamento do sistema político; a afetiva, centrada nos sentimentos em relação ao sistema; e a

---

3 88,6% concordaram, e 17,5% concordaram parcialmente com a afirmação, somando 98,1% dos citados.

avaliativa, em que os indivíduos, com base em seus sentimentos, conhecimentos e informações, orientam suas ações em relação ao sistema.

Dalton e Welzel (2014) distinguem dois modelos de cultura política democrática: o modelo de lealdade e o modelo assertivo, sendo o modelo de lealdade identificado pela predominância de valores materialistas e apoio aos princípios e práticas da democracia, e a cultura política democrática assertiva caracterizada pela prioridade nas demandas, ênfase na expressão e participação, prevalência de valores emancipatórios, e apoio aos princípios da democracia acompanhada pela insatisfação cidadã.

Bernardi (2017) aponta que, devido ao contexto histórico-cultural da região latino-americana, os estudos sobre as transições democráticas e as caracterizações dos sistemas democráticos resultantes no início da década de 1990 foram adjetivados como “democracia confusa”, “restrita”, “delegativa”, “defeituosa”, “iliberais” e “híbrida”.

É sob esse escopo que emergem os estudos voltados à sofisticação política como enfoque teórico na compreensão do bom funcionamento dos regimes democráticos, tanto nas sociedades em que esse sistema é consolidado, quanto naqueles em que está em vias de consolidação e desconsolidação.

A sofisticação política é trabalhada desde a década de 1960, porém sem coesão no que tange aos resultados devido à escassez de estudos sobre a temática. Uma das razões para essa escassez é a dificuldade de mensuração em termos quantitativos, em parte pela indefinição teórica acerca do que se entende como ideologia política, e pelas taxas de abstenção nos entrevistados por *surveys*. Nesse esforço, Converse (2006) desenvolveu a teoria da estratificação, ao segregar as atitudes do eleitorado estadunidense de cinco formas: 1) conceitos abstratos explícitos (referidos como ideologia); 2) conceitos abstratos semi-implícitos (referidos como quase-ideologia); 3) conceitos de interesse de grupo; 4) conceito de natureza dos tempos; e 5) sem conteúdo conceitual. Sob essa categorização, os resultados apontam que aproximadamente três quartos do eleitorado estadunidense estava enquadrado nesses três últimos grupos, portanto de baixo conhecimento político no seu aspecto conceitual, compondo o público de massa, que aceita seu dever de votar, mas tem atenção marginal quanto à política (CONVERSE, 2006; SCHMIDT, 2000).

Esse modelo político foi enriquecido por Neuman (1986) ao propor a utilização de três dimensões, nomeadamente: 1) a saliência política – variáveis relativas ao interesse, acompanhamento e preocupação com o sistema político; 2) o conhecimento político, descrito como estar a par de eventos políticos, reconhecer instituições, partidos e personagens da política; e, por fim, 3) a conceituação política: capacidade de compreender questões conceituais, como posicionamentos de esquerda-direita e

reconhecer ideologias (NEUMAN, 1986). Assim, foi criado o índice de sofisticação política a partir de uma tipologia de três diferentes públicos no eleitorado estadunidense: o “público de massa”, o dos “não politizados” e os “ativistas políticos” – esses últimos caracterizados por altos níveis de politização e militância (NEUMAN, 1986).

Quanto à sofisticação política entre os jovens, para Schmidt (2000) ela pode ser utilizada como instrumento teórico para classificar a importância que é atribuída à política pelos jovens, considerando aqueles com conhecimentos elevados como mais sofisticados. Schmidt (2000) identifica uma continuidade dos valores e atitudes dos jovens à cultura política híbrida das gerações anteriores, não constando o desenvolvimento de uma subcultura política específica, diferenciada da cultura política dos adultos. Simultaneamente, há a mescla entre defesa de valores e atitudes democráticas com atitudes apáticas e autoritárias – o que não cria um ambiente propício para a construção e manutenção de uma sociedade em que impera a primazia do regime democrático.

Pode-se depreender dessa discussão, portanto, que a inserção das mídias digitais como agentes de socialização política não parece ser capaz de alterar os valores recorrentes na cultura política brasileira, apesar de estar em processo de substituição dos agentes tradicionais. De toda forma, as dinâmicas sociais que levaram a essa substituição apontam para a possibilidade de uma fortuita intersecção desse novo agente de socialização com os tradicionais, nesse caso, a instituição escolar, para promover o desenvolvimento e consolidação de um novo fator que possa, se bem aproveitado, resultar na interpretação crítica do imenso informacional produzido e veiculado nas mídias digitais, com potencial para o fomento da sofisticação política e de adesão aos valores democráticos. Entendemos, nesse sentido, que o arcabouço de educação crítica midiática, desenvolvido a seguir, possibilita essa evolução do educando, mostrando-se como imperativa para nutrir os jovens com as ferramentas necessárias para prosperar em um ambiente cada vez mais digitalizado.

#### **4. Conceito e formas de mensuração da Educação Crítica Midiática**

Hobbs (2010) usa o termo *literacia digital e midiática* como forma de descrever as cinco habilidades emocionais, intelectuais e cognitivas para 1) acessar textos e mídias buscando informação, 2) pensar e analisar criticamente, 3) compor mensagens claras e criativas, 4) pensar e refletir de forma ética e crítica nos ambientes digitais de forma a 5) participar ativamente em suas comunidades por meio de colaboração e trabalho de equipe.

Complementarmente, o quadro teórico desenvolvido por Mihailidis (2019) partilha das abordagens anteriores de Hobbs (2010), mas destaca o enfoque da intencionalidade na leitura da realidade transformada em ação, permitindo o desenvolvimento da competência cívica e do empoderamento cidadão por meio da educação de forma transversal às diferentes disciplinas, projetos interdisciplinares, oficinas e atividades escolares. Os pilares dessa abordagem são construídos por meio dos conceitos de empatia, persistência, imaginação/agência, consciência crítica e emancipação que são centrais para o desenvolvimento das capacidades de leitura das mídias (acessar, analisar, criar, refletir e agir) (MIHAILIDIS, 2019).

A partir deste arcabouço, adaptado para a realidade brasileira, os pilares da prática da educação crítica midiática desenvolvida por Bernardi (2021) são compreendidos e instrumentalizados assim como mostrados no Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1: Eixos da Educação Crítica Midiática**

|                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Empatia             | A empatia como conceito fundamental da prática da educação crítica busca com que os alunos, ao entenderem de forma crítica realidades diferentes das suas, possam colocar-se no lugar dos outros e compreender a complexidade da sociedade e do papel das diferentes mídias e suas comunicações.                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Imaginação          | O conceito de imaginação, dentro da educação cívico-midiática, busca encorajar os jovens a ter esperança para imaginar visões alternativas às condições de participação atual, a fim de desenvolver inovações democráticas que promovam maior engajamento cívico e participação política (JENKINS et al., 2016).                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Empoderamento       | O conceito de emancipação é relacionado ao de empoderamento da narrativa e à liberdade de se comunicar dentro de seus próprios termos, buscando expandir espaços de ação política para além das arenas institucionais (MILAN, 2013).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Consciência Crítica | A partir do conceito de Paulo Freire (2013, p. 14), a consciência crítica se desenvolve ao “[...] aprender a perceber contradições sociais, políticas e econômicas e a agir contra os elementos opressivos da realidade”. As abordagens de interpretação e alfabetização midiática têm centrado seus esforços em impulsionar maior consciência crítica através da educação de qualidade; porém, para que essa se efetive em ações, é necessário que a escola envolva os alunos na discussão da sociedade e política, também propondo a participação ativa dos próprios educandos. |

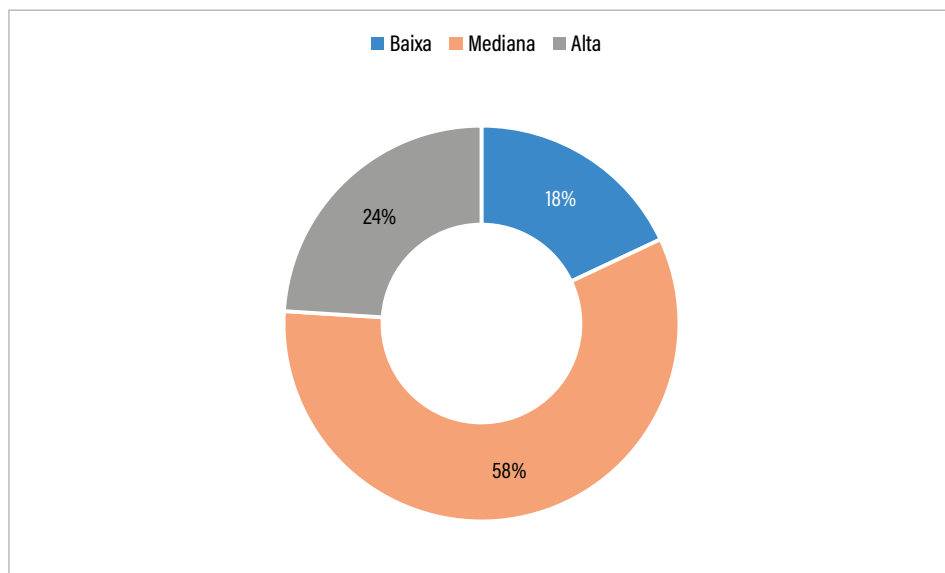
Fonte: Bernardi (2021)

Assim, não considerando esses conceitos como estanques, mas interrelacionados, Bernardi (2021) procede na construção de um indicador de educação crítica midiática<sup>4</sup>. O indicador contém questões sobre eventos políticos nas esco-

<sup>4</sup> A partir das variáveis observadas tanto nas entrevistas com coordenadores das escolas quanto nas respostas do *survey* pelos alunos no que diz respeito à criticidade e qualidade da educação recebida, pode-se observar alguns padrões de distribuição entre os grupos de escolas. Como não foi possível entrevistar todas as escolas da amostra em função da dificuldade de contato imposta pela pandemia de coronavírus, foi feita uma média entre as escolas entrevistadas do mesmo grupo, utilizada para representar cada grupo de escolas como proxy (BERNARDI, 2021, p. 162).

las, eventos que tratam de diversidade e sociedade, se abordadas diferentes fontes de mídia, como verificar informações fidedignas e realizar pesquisas, existência e frequências de ações de educação cívica nas escolas, entre outras<sup>5</sup>. O resultado do indicador entre os jovens entrevistado está exposto no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Distribuição do indicador de educação crítica midiática**

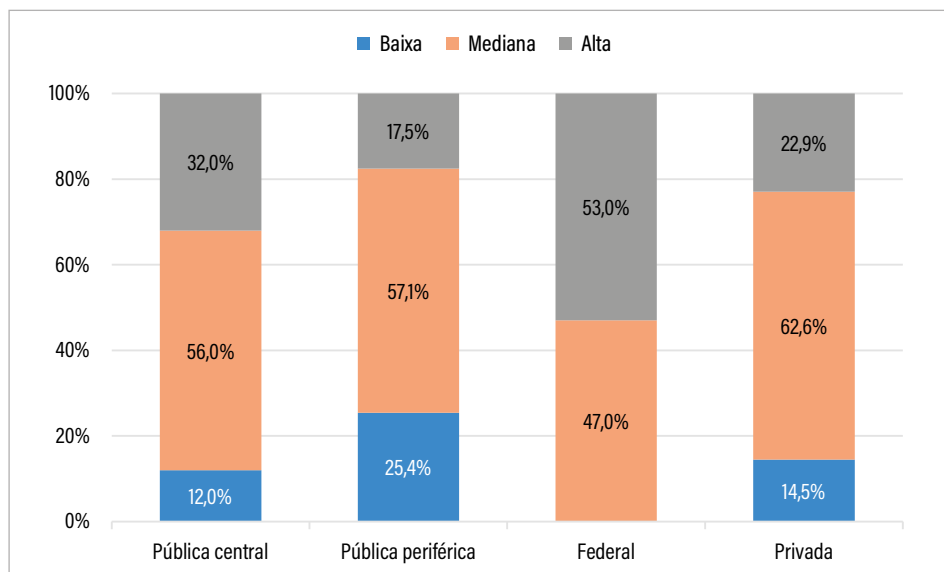


Fonte: BERNARDI, 2021.

A partir da análise de variância (Teste F) entre os grupos de escola, confirma-se que os quatro tipos de escola apresentam valores significativamente diferentes quanto à educação crítica e midiática. Assim, o Gráfico 2 apresenta as variações do indicador de educação crítica midiática de acordo com o grupo de escola.

<sup>5</sup> O indicador foi construído de forma simples, atribuindo valores entre 0 - 0,33 como nível baixo, 0,34 - 0,66 nível mediano e 0,66 - 1 nível alto de educação crítica midiática.

**Gráfico 2 – Classificação de educação crítica midiática a partir do grupo de escola**



Fonte: Bernardi, 2021.

De forma geral, os indicadores comprovam nossas hipóteses. O Instituto Federal se diferencia das demais escolas públicas, não apenas por contar com financiamento muito mais robusto que demais escolas públicas, mas também pelo grau de excelência dos currículos e volume de atividades que trabalham com sociedade, diversidade e criticidade em relação às desigualdades da sociedade brasileira. Ademais, os Institutos Federais foram desenvolvidos como polos tecnológicos, o que promove a inserção de diferentes mídias e acesso ao ambiente digital de forma integrada à rotina escolar. Logo, se destacam como referências para a educação crítico midiática, mesmo em relação às escolas privadas – o que demonstra que apesar da desigualdade social dos alunos que frequentam escolas privadas e públicas, o investimento no ensino de qualidade tem potencial transformador.

Em consonância com o apontado em nossas hipóteses, as escolas públicas centrais aparecem melhor posicionadas (32%) do que as escolas privadas (22,9%) quanto ao agrupamento de alto índice de educação crítica midiática, sendo o menor ranqueamento das escolas periféricas (17,5%). As escolas privadas que integram a amostra também se destacam, com diversos projetos no contraturno que envolvem atividades cívicas, produção audiovisual e atividades de interpretação de diferentes tipos de mídia. Infelizmente, independentemente da vontade dos professores e alunos, a questão socioeconômica das famílias e a falta de investimento do governo

nos diferentes tipos de escola, segue como uma barreira alta demais para ser transponível pela dedicação e vontade da comunidade escolar.

A seguir, apresentamos a instrumentalização do conceito de sofisticação política e seus cruzamentos com a educação crítica midiática (instrumentalizada pelo *proxy* de tipos de escola) também apresentando dados acerca da presença de valores democráticos.

## **5. Índice de sofisticação política e tipo de escola: análise de dados**

O processo de escolarização do ensino médio no Brasil, considerando as diferentes juventudes existentes, se mostra hoje um importante espaço de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas a determinados grupos de jovens brasileiros (ANDRADE; FARAH NETO, 2007). Tal qual discutido nos tópicos anteriores, boa parte dos estudos sobre juventude(s) e cultura política apontam a permanência de uma cultura política híbrida, reforçada pela desigualdade do sistema educacional, que forma jovens ainda mais apáticos nas escolas públicas (ZORZI, 2016) a despeito dos aumentos de investimento na educação nos Governos do Partido dos Trabalhadores (BERNARDI, 2017). Em termos de agentes de socialização política, destacamos aqui a importância crescente da internet e das redes sociais face à importância da escola como agente “catalizador” do processo de auto-socialização advindo das mídias digitais (MORAIS, 2016).

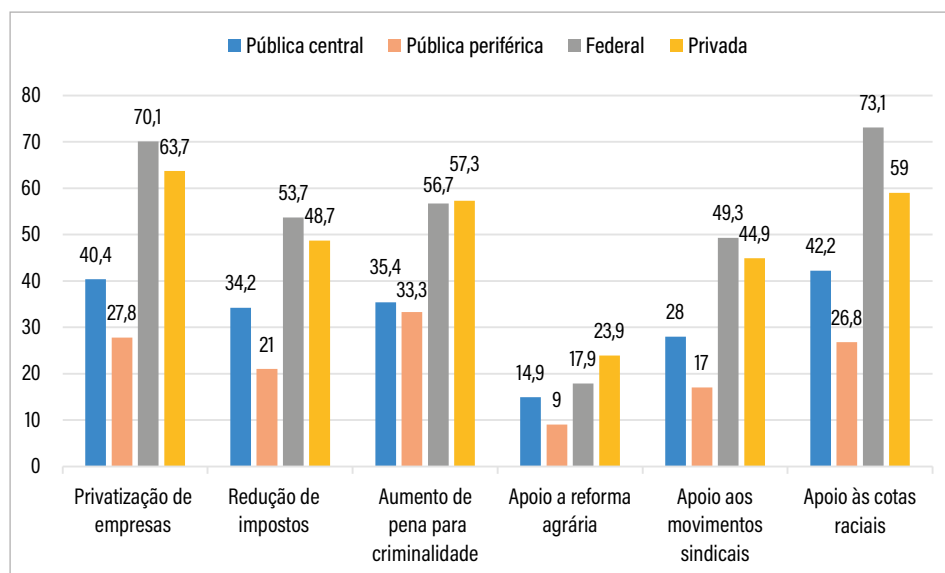
Retomando o conceito de sofisticação política, esta pode ser definida como um entendimento das “regras do jogo”, sendo enumerada como uma série de características que possibilitam maior conhecimento e entendimento político, englobando interesse pelo tema, busca de informações, percepção de responsividade do sistema e valorização da democracia como sistema político. Em termos didáticos, se esclarece:

Fazendo uma analogia do processo político como um jogo de futebol, embora a sofisticação não possa ser considerada causa direta de participação política, ela garante que os indivíduos compreendam minimamente as regras do jogo democrático, bem como as características dos “jogadores” – tanto do seu, quanto dos outros times – podendo assim fazer escolhas mais informadas de quem “escalar” em uma partida para obter melhor desempenho na busca por um resultado positivo. Além de compreender como essas diferentes pautas políticas estão atreladas às orientações ideológicas, a sofisticação política também pode ser avaliada em termos de conhecimento acerca dos governantes eleitos e de quais são os seus partidos – seja no nível

municipal, estadual ou nacional – não só por demonstrar conhecimento acerca da política atual, mas também como forma de avaliar a responsividade dos seus mandatos. (BERNARDI, 2021, p. 212)

Partindo desse cenário, foi apresentado para os jovens estudantes uma série de pautas políticas que deveriam ser atribuídas como mais atreladas à ideologia de esquerda, direita ou de centro. Essa série de postulações foi desenvolvida considerando temáticas historicamente classificadas como de cada espectro político (BOBBIO, 1995) no contexto brasileiro. Assim, o gráfico 3 traz a porcentagem de acerto na identificação de pautas tradicionalmente consideradas como de esquerda e de direita dentro de cada tipo de escola. As três primeiras baterias correspondem às pautas da direita político-econômica, enquanto as três últimas estão associadas às pautas de esquerda.

**Gráfico 3 – Sofisticação política por tipo de escola – % de acerto no reconhecimento de espectros políticos (esquerda e direita)**



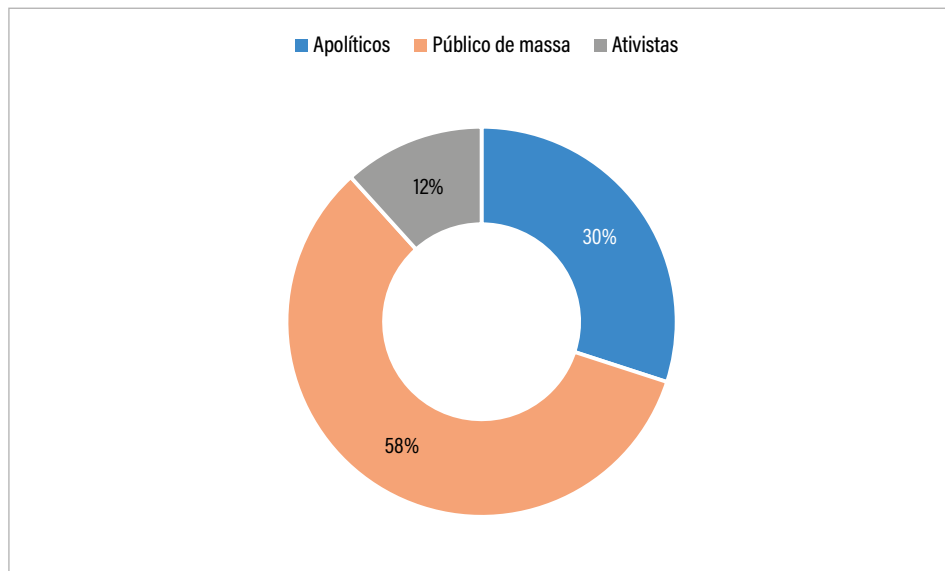
N=862, r=0,000  
Fonte: Nupesal (2019).

Destarte, podemos perceber que as escolas privadas e o Instituto Federal apresentaram maiores taxas de acertos em todas as seis baterias, destacando-se em relação às escolas públicas estaduais centrais e periféricas. Buscando verificar os diferentes graus de sofisticação política, construiu-se um indicador de

sofisticação política, englobando as seguintes questões: 1) atribuir pautas políticas a diferentes espectros ideológicos (como esquerda, direita, centro); 2) identificar as atribuições de cada cargo político; 3) compreender as diferentes atribuições dos entes federativos em termos de políticas públicas; 4) identificar de forma correta o nome e partido político de diferentes governantes, entre outras.

O estudo de Neuman (1986) que avaliou a sofisticação política entre eleitores estadunidenses encontrou três grupos. No agrupamento de jovens também dividimos o índice em três grupos através da criação do Índice de sofisticação<sup>6</sup>, buscando reproduzir essa categorização. Os apolíticos, o público de massa, e, por fim, os ativistas<sup>7</sup>. Os resultados estão representados no Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Índice de sofisticação classificado a partir da teoria dos três públicos juvenis**



N=874

Fonte: Elaboração própria a partir de Nupésal (2019).

A porcentagem de jovens ativistas alcança 11,7% – maior do que o que foi encontrado na teoria dos três públicos de Neuman (1986) para os eleitores adultos estadunidenses, que previa apenas 5%, e também superior à porcentagem

6 O índice foi criado a partir do cálculo de variável de 16 questões. Manteve-se as variáveis intervalares entre 0 e 1 e aplicada a média para cada variável, resultando no índice de sofisticação entre 0 e 0,95, com média de 0,43 e desvio padrão de 0,19 (BERNARDI, 2021).

7 Baixa sofisticação = 0,0 e 0,3; sofisticação mediana = 0,3 e 0,6 (alta sofisticação = 0,6 a 1)

encontrada por Schmidt (2000), de 5,3%. Nesse sentido, a porcentagem dos jovens que aparecem como público de massa é achatada, ficando em 58,4% – para Neuman (1986) 75%, e para Schmidt (2000), 59,7%. Já os apolíticos configuram 30%, sendo superior ao índice encontrado por Neuman (20%) em 1986, mas inferior àquele encontrado por Schmidt (35,1%) entre a juventude nos anos 1990. Ou seja, em comparação com o estudo de Schmidt (2000) realizado com a juventude do município de Santa Cruz nos anos 1990, os jovens, porto-alegrenses, em 2019, apresentam índices maiores de sofisticação política do tipo ativista, o público jovem de massa (sofisticação mediana) se achatou pelo duplo movimento, tanto do aumento dos ativistas como dos apolíticos, que realça a polarização política atual, e o número de apolíticos foi reduzido.

A seguir, buscando avaliar como o índice de sofisticação se comporta entre os quatro tipos de escolas, foi feito um cruzamento. Os resultados e a descrição das medidas centrais estão expostos na Tabela 1.

**Tabela 1 – Análise de variância do indicador de sofisticação política segundo o tipo de escola**

| Escolas            | N   | Média | DesvPad | IC de 95%      | Agrupamento <sup>(2)</sup> | P-Valor <sup>(1)</sup> | r      |
|--------------------|-----|-------|---------|----------------|----------------------------|------------------------|--------|
| Pública central    | 163 | 0,436 | 0,197   | (0.408; 0.464) | B                          | 0.000*                 | 0.000* |
| Pública periférica | 406 | 0,372 | 0,186   | (0.354; 0.390) | C                          |                        |        |
| Federal            | 68  | 0,533 | 0,171   | (0.489; 0.577) | A                          |                        |        |
| Privada            | 237 | 0,509 | 0,174   | (0.485; 0.532) | A                          |                        |        |

(1) Análise de variância (Teste F).

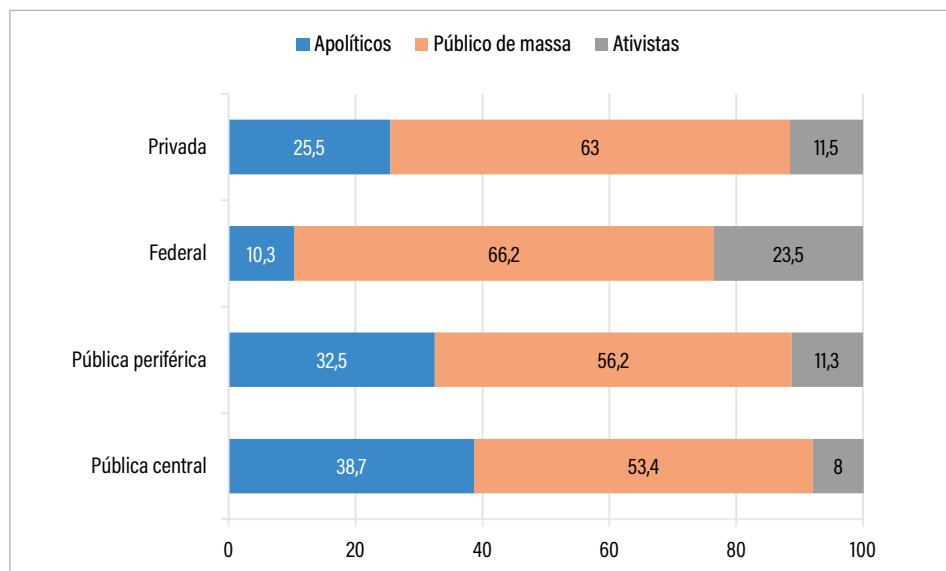
(2) Médias que não compartilham a mesma letra são significativamente diferentes.

\*Teste de Qui-Quadrado de Pearson, valores significativos.

Fonte: Nupesal (2019).

A partir do cruzamento do índice de sofisticação política com os tipos de escola, percebe-se significância em diferentes testes, de forma que, assim como nos índices anteriores, tanto os alunos de escolas privadas como os do Instituto Federal se comportam de forma similar. As escolas públicas centrais, com valores um pouco superiores de sofisticação em relação à média, e IC de confiança de 95%, entrariam em um segundo grupo, e as escolas periféricas em um terceiro. Assim, confirma-se a associação estaticamente significativa entre o índice de sofisticação e o tipo de escola.

**Gráfico 5 – Cruzamento entre tipo de escola e sofisticação categorizada pela teoria dos três públicos (%)**



N=872,  $r=0,000$   
Fonte: Nuposal (2019).

Embora as porcentagens encontradas no índice geral sejam mais positivas que as propostas por Neuman (1986) e Schmidt (2000), ao avaliarmos as distribuições entre os grupos de escola no Gráfico 5 percebemos mais uma vez a desigualdade entre eles, uma vez que, analisados individualmente, tanto as escolas privadas (25,5%) como as públicas centrais (38,7%) e periféricas (32,5%) têm índices de apatia superiores a 20%. No entanto, em relação ao outro extremo, que mede a porcentagem de ativistas, todos os grupos se mostram superiores a 5%, com destaque para o Instituto Federal, que desponta com 23,5% dos seus alunos classificados como ativistas.

## 6. Conclusão

Por fim, podemos constatar que a escola, como espaço de socialização política, forma desigualmente os jovens de escolas públicas (não federais) em comparação com os de escolas privadas e os do Instituto Federal. Essa desigualdade tem impacto direto na adoção (ou não) de um modelo mais próximo do ideal de educação crítica midiática. Apesar de a educação midiática, literacia ou alfabetização

mediática serem conceitos relativamente novos na literatura sobre políticas educacionais no Brasil, a educação crítica – como nos preceitos de Freire (2014) – não é. Nesse sentido, conceitos como empatia, persistência, representação, empoderamento e consciência crítica não deveriam ser limitados ou diminuídos pelo acesso às TICs<sup>8</sup> – e sim, aumentados (BERNARDI, 2021, p. 255).

No que concerne relações entre a educação crítica midiática e a sofisticação política, embora a sofisticação sozinha não gere diretamente maior participação política, pensar uma democracia com eleitores que não compreendem ou não buscam se informar sobre os processos políticos apresenta obstáculos para a consolidação do sistema democrático por si só.

A crença em notícias falsas, por exemplo, tem terreno muito mais fértil em sociedades com baixa sofisticação política, visto que, sem o conhecimento necessário para fazer escolhas racionais, os cidadãos estão mais suscetíveis a serem guiados por processos emocionais, pessoas de confiança, ou instituições religiosas, que não necessariamente estão aptas para elucidar dúvidas sobre política.

## Referências Bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture**: Political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown, 1965.

ALVARADO, Sara Victoria; OSPINA, Héctor Fabio; LUNA, María Teresa; CAMARGO, Marina. Transformación de actitudes frente a la equidad en niños y niñas de sectores de alta conflictividad social, en un proceso de socialización política y educación para la paz. **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv.**, Manizales, v. 4, n. 1, p. 217-250, jan. 2006.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; FARAH NETO, Miguel. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luis Carlos; ANDRADE, Eliane Ribeiro (Eds.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: UNESCO, 2007. p. 55-78.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BANKS, Michael H.; ROKER, Debra. The political socialization of youth: exploring the influence of school experience. **Journal of Adolescence**, v. 17, n. 1, p. 3-15, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1006/jado.1994.1002>>. Acesso em: 22 out. 2022.

---

8 Tecnologias de Informação e Comunicação

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião pública**, v. 17, n. 2, p. 369-399, nov. 2011.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Competência cívica em uma democracia desigual**: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 128F. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Educação crítica midiática: formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e fake news**. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 320F. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1995.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1465/1098>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso da Internet no Brasil 2019**. São Paulo: CGI.br, 2019.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics. **Critical Review**, v. 18, n. 1-3, p. 1-74, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08913810608443650>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DAHL, Robert A. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian (Ed.). **The civic culture transformed: From allegiant to assertive citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DAWSON, Richard. E.; PREWITT, Kenneth. **Political socialization**. Little, Brown and Company, Boston: 1969.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. 1 reimpr. **São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo**, 2013.

DUEK, Carolina. Infancia, desarrollo y conocimiento: los niños y niñas y su socialización. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, niñez y juventud**, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2010.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in the political system**: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

GOLDENSON, Dennis R. An alternative view about the role of the secondary school in political socialization: A field-experimental study of the development of civil liberties attitudes. **Theory & Research in Social Education**, v. 6, n. 1, p. 44-72, jul. 1978.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura Política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: Marcello Baquero. (Org.). **A Juventude e os desafios da construção democrática no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: Escritos, 2018, p. 111-134.

HOBBS, Renee. **Digital and media literacy**: a plan of action. Washington D.C.: The Aspen Institute, 2010.

HYMAN, Herbert. **Political socialization**: a study in the psychology of political behavior. New York: Free Press, 1959.

JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard. **The Political Character of Adolescents**. Princeton: Princeton University Press. 1974.

LÜCHMANN, L. H. H.; ROMAO, W. M.; BORBA, J. 30 years of Participatory Budgeting in Brazil: the lessons learned. In: DIAS, N. (org.). **Hope For Democracy**. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. 1. ed. Faro: Epopeia Records Oficina, 2018. p. 89-103.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

MIHAILIDIS, Paul. **Civic medias litearcy**: re-imagining human connection in an age of digital abundance. New York: Routledge, 2019.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social**: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 286f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura

híbrida. In: Marcello Baquero. (Org.). **A Juventude e os desafios da construção democrática no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018, v. 1, p. 57-83.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.

NEUMAN, Russel W. **The paradox of mass politics: knowledge and opinion in the American electorate**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

NUPELAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: **Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre)**. 2015.

NUPELAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre**. 2019.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil**. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 392 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

VASCONCELOS, Camila de. **A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais**. Orientador: Rodrigo Stumpf González. 307f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ZORZI, Felipe. **Cidadania Desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.